




Conselho Geral da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Ata nº 2 /2014 de 27 de junho

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e catorze, pelas dezasseis horas, reuniu no salão da biblioteca central o Conselho Geral (CG) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Utad), com a seguinte ordem de trabalhos (OT):

1. Aprovação da ata de reunião anterior.

2. Informações:

Ponto da situação orçamental e análise política;

Análise dos recursos humanos e estruturas da Universidade;

Plano de Ordenamento do *campus*;

Cedência de utilização da Escola Superior de Enfermagem ao Ministério da Saúde;

Conhecimento de Protocolos de consórcio;

Memorando de Entendimento entre as Universidades do Norte.

3. Devolução à Direção – Geral do Tesouro e Finanças do Edifício sito na Av. Almeida Lucena n.º1 (ex-DRM).

4. Outros assuntos.

Estiveram presentes os membros do CG constantes da lista de presenças anexa a esta ata. Estiveram ainda presentes o Reitor e a Administradora da Utad.

No ponto um da OT, foi aprovada por unanimidade a ata da reunião anterior.

No ponto dois da OT, o Reitor apresentou um conjunto de informações baseadas na documentação distribuída previamente aos conselheiros, bem como informações adicionais mediante exposição em formato "power point". De seguida, o Presidente do CG concedeu um período de tempo aos conselheiros que pretendessem intervir neste ponto da OT.

José Aranha analisou sumariamente o desajuste entre as intenções de candidatura a cursos do 2º ciclo resultantes da auscultação dos estudantes inscritos último ano do 1º ciclo e as candidaturas efetivamente entradas nos serviços académicos até à data, concluindo que seria importante o CG indicar uma comissão que refletisse sobre esses dados. Numa intervenção posterior salientou a importância do curso de engenharia Florestal como fator de coesão territorial e solicitou aos membros cooptados do CG uma possível ajuda para tentar contrariar o encerramento desse curso na Utad. O Reitor referiu os contactos que tem mantido no sentido de abertura do programa +*Superior*, sobre as dificuldades de estimular os docentes em cumprir os prazos no lançamento de notas, referindo, a título de exemplo, que existiam no ano letivo anterior cerca de 600 pautas por lacrar mas que o nível de não cumprimento baixou muito no corrente ano letivo. Referiu que se tem desdobrado em contactos sentido de manter oferta educativa na área florestal, tendo sido solicitada a abertura do curso de Ciências Florestais. Destacou a necessidade da Utad integrar consórcios visando a candidatura a projetos Europeus de maior dimensão.

João Rebelo pronunciou-se sobre o novo de financiamento público do ensino superior e sobre a estrutura organizativa da Utad. Relativamente ao financiamento e às possíveis consequências sobre a Utad sugeriu que previamente a qualquer

aprovação fosse solicitado ao Ministério uma análise do impacte financeiro (comparação entre a situação atual e a resultante da nova forma de financiamento) em vários cenários, assim como a necessidade de incluir um fator de majoração para as instituições de ensino superior localizadas no arco do interior. Quanto à estrutura organizativa, face aos organogramas apresentados pelo Reitor e aos custos de contexto que a estrutura vigente parece acarretar sugeriu que a reitoria avance para um exercício de *benchmarking* e consequente diagnóstico prospetivo, por uma entidade externa, no sentido de dotar o CG com informação que lhe permita avaliar a necessidade de uma reformulação dos estatutos. Em termos operacionais, o CG aprovou a proposta da reitoria apresentar, já na próxima reunião do CG, um “caderno de encargos” sobre este trabalho, no sentido deste órgão apreciar a informação que vai ser solicitada, o *timing* de realização e o custo. Em resposta, o Reitor tomou em boa conta as propostas apresentadas.

Eurica Henriques solicitou a apresentação de um ponto de situação relativo ao Memorando de Entendimento assinado pelas três Universidades do Norte uma vez que o mesmo fixava o prazo de sessenta dias (após assinatura) para início de trabalhos, em particular no que se relaciona com a oferta educativa e linhas de investigação articuladas entre as três universidades. Solicitou ainda informação sobre o RADE e o plano da Reitoria para redistribuição da oferta educativa. Acrescentou que no documento de apoio à reunião não aparecem cursos de 2º ciclo que embora não possuam atualmente candidatos poderão vir a tê-los no futuro. Mais ainda, referiu que dificilmente se conseguirá ter um plano de divulgação, promoção e acreditação de cursos, planeamento de Distribuição de Serviço Docente e atividade docente sem haver uma clarificação sobre o que é considerado estratégico para a Utad. A conselheira questionou se a escola Doutoral irá propor cursos de 3º ciclo, atendendo a que o documento distribuído deixa latente essa

ideia, embora os Estatutos da Utad não o permitam. Quanto às áreas de investigação da Utad apresentadas no documento enviado, salientou o facto de não ser a primeira vez que se aborda este assunto no CG sendo que continua a existir falta de clarificação sobre quais são as áreas de investigação estratégicas e qual o caminho que a Utad deve ou pretende adotar em termos de investigação. Referiu ainda que considera importantes as Unidades de Investigação e as Escolas participarem aberta e inequivocamente neste processo.

Em resposta às questões colocadas nas intervenções anteriores, o Reitor referiu que existe informação sobre os motivos que levam os alunos a não escolher a Utad em matéria de segundos ciclos, referindo a título de exemplo que na enfermagem e enologia, os estudantes no fim do primeiro ciclo optam pelo mercado de trabalho e não pela inscrição num curso de 2º ciclo. Acrescentou ainda que em certas áreas, existem bloqueios relacionados com a alocação dos cursos, caso da enologia em que o 1º ciclo está adstrito à ECAV e no 2º ciclo está alocado na ECVA. Em determinados casos, não existe oferta formativa que permita aos estudantes de 1º ciclo continuar e que a resposta a esta situação exige uma maior interligação entre as escolas na preparação de ofertas conjuntas. O Reitor explicou os constrangimentos financeiros atuais que exigiram a antecipação de verbas para evitar a utilização de saldos de projetos para pagamento de salários, referiu as dúvidas existentes sobre o novo modelo de financiamento do ensino superior que o governo pretende implementar já no próximo ano, baseado em indicadores como: o número de alunos, o número de investigadores elegíveis em centros de investigação, de transferência de tecnologia, situações estas em que a Utad possui reconhecidas debilidades. Sobre o Memorando de Entendimento o Reitor esclareceu que foram realizadas reuniões de trabalho com as três Universidades, cuja informação tem sido transmitida à comissão designada pelo CG para este efeito, embora o documento não possa ser divulgado nesta fase,

face ao acordo estabelecido entre as três universidades. Atendendo a que Universidade do Porto (UP) esteve numa fase de transição de equipa reitoral, cuja posse foi marcada para dia 27 de junho de 2014, a apresentação ao CG do documento deverá acontecer em breve. Quanto ao RADE, o Reitor informou que o processo tem sido coordenado pelo Pró-reitor José Luís Mourão, em articulação com as escolas, os sindicatos e que foi aprovado em Conselho Académico. Quanto à oferta educativa, a Reitoria aguarda a decisão da DGES sobre a proposta de cursos apresentada pelas escolas para o próximo ano letivo. Quanto à oferta de cursos de 2º ciclo, o Reitor informou que a abertura de cursos foi efetuada pelas escolas, mas que deve ser objeto de análise baseada nas preferências dos estudantes, da procura de diplomados pelo mercado e os recursos da instituição. Explicou ainda que a Escola Doutoral não será uma unidade orgânica e que a comissão criada para o efeito irá apresentar brevemente uma proposta de regulamento que será analisado em Conselho de Gestão e Conselho Académico. Esclareceu que a proposta de cursos de 3º ciclo é da competência das Escolas, de acordo com os Estatutos da Utad, embora a reitoria deva estimular a criação de novas propostas em áreas estratégicas, privilegiando quadros de cooperação nacional, transfronteiriça e internacional. No domínio da investigação, o reitor referiu que o documento apresentado resulta de uma ampla discussão com as escolas e os centros de investigação, considerando que ainda não está “fechado” e que deve atender aos resultados da segunda avaliação dos centros por parte da FCT. O Presidente do CG concedeu mais uma ronda de intervenções aos conselheiros.

Maria dos Anjos manifestou a sua preocupação com os cursos de 2º ciclo com baixa procura e apontou, como possível causa, o formato de aulas em regime contínuo de segunda a sexta-feira, que impede os estudantes trabalhadores de frequentar as aulas, contrariamente ao que acontece em formatos de lecionação em blocos

concentrados, referindo a título de exemplo os cursos de Bioquímica, Biologia e Biologia Clínica e Laboratorial. Acrescentou que relativamente aos cursos de pós graduação a falta de verba para apoio a trabalhos de investigação penaliza a sua procura dos laboratórios e cursos na Utad, uma vez que noutras instituições há transferência de parte da propina para os trabalhos dos alunos. Referiu que existe um forte negativismo nos docentes que lecionam no curso de Medicina Veterinária, motivado por insegurança quanto ao futuro decorrente da aplicação do Memorando de Entendimento.

Isabel Alves alertou que é necessário promover diálogo no seio dos departamentos e das escolas, bem como para a elevada carga horária letiva de alguns docentes.

Sérgio Martinho considerou que no presente ano se verificou preocupação dos diretores de curso e escolas na promoção dos cursos de 2º e 3º ciclo. Solicitou ao Reitor que pressionasse a tutela para a implementação dos programas +Superior e Retomar. No âmbito do apoio ao ensino, acrescentou que se pode melhorar a articulação entre serviços académicos e SIDE e questionou se a Utad já não possui qualquer material no polo de Chaves, representando um ponto final na existência do mencionado polo. Solicitou informação sobre a recuperação da Nave de Desportos e do modo como no corrente ano letivo foi colmatada a situação decorrente dos condicionalismos de utilização daquele espaço e custos associados.

O Reitor informou que o funcionamento de 2os ciclos com menos de dez alunos, condiciona a sustentabilidade financeira da Utad. E que a oferta educativa de segundos ciclos deve ser repensada de forma transversal às escolas, devendo ser privilegiados formatos de partilha de unidades curriculares entre escolas. Relembrou a situação financeira atual, frisando que as verbas do orçamento de Estado não garantem o pagamento de salários e encargos sociais e que a Utad tem de recorrer às verbas das propinas para o efeito. Este cenário exige a diminuição dos custos de

funcionamento e, desejavelmente, o aumento das receitas, situação que implica um maior empenhamento dos docentes e das escolas. A reitoria tem privilegiado formatos de envolvimento com os departamentos, as reitorias abertas, mas que nota que os resultados estão aquém do desejável. Relembrou as dificuldades com que a reitoria se depara para o pagamento de salários até final do ano. Quanto ao curso de Medicina Veterinária, o reitor disse que estão garantidas as intervenções físicas e a aquisição de equipamentos que garantam a acreditação internacional do curso, referindo a aquisição de um aparelho de TAC no valor aproximado de 150 mil euros, a melhoria do Hospital Veterinário, a requalificação dos laboratórios de Toxicologia, Farmacologia e de Semiologia Médica, do biotério, entre outros espaços da área, o que exige um enorme esforço financeiro suportados por projetos que a reitoria tem vindo a conseguir para o efeito. Referiu ainda um conjunto detalhado de intervenções no edifício dos blocos laboratoriais e do Hospital Veterinário. Quanto ao polo de Chaves referiu que alguns docentes solicitaram a mudança de mobiliário para Vila Real, no quadro da mudança do CIFOP para o Complexo Pedagógico. Salientou que a Utad efetuou uma proposta de implementação de cursos em formato politécnico em colaboração com o IPB e o tecido empresarial, aguardando a Utad a posição da autarquia sobre este assunto. Quanto à Nave de Desportos, respondeu que as obras estão autorizadas e serão efetuadas quando as condições meteorológicas o permitirem, condição para o sucesso da intervenção.

Nelson Monteiro perguntou se na Utad os encargos com dirigentes são semelhantes aos praticados em outras instituições portuguesas de ensino superior e quando terá início o programa *+Superior*. Referiu que é conhecido o atraso no lançamento de notas pelos docentes e sugeriu que fosse seguido o princípio praticado na UP, considerando a cativação de parte do vencimento, nos casos em que não é cumprido o prazo.

Mário Pereira interveio considerando a necessidade do CG ter acesso a mais informação sobre a oferta educativa, de forma a perceber qual a que deve ser mantida. Acrescentou que os cursos de 3º ciclo não precisam de ter uma parte curricular e que a existência desta parte penaliza a procura dos cursos. Considerou ainda que o Reitor deverá resolver problemas que os órgãos das escolas tardem em resolver, como por exemplo a alocação a diferentes escolas de ciclos de estudos subsequentes.

Antes de encerrar este ponto, o Presidente do CG fez um balanço global sobre o que foi dito e pediu ao Reitor que defenda sempre o papel da Universidade na política de coesão territorial. Acrescentou que um modelo de financiamento das instituições de ensino superior que não contemple uma rubrica relativa a essa política territorial, significaria que o País desistia da territorialidade.

No ponto três da OT, o Reitor e a Administradora explicaram todo o processo desde 1974 e da solicitação do Património do Estado para devolução do edifício sito na Av. Almeida Lucena n.º1 (ex-DRM). O CG tomou conhecimento e aprovou, por unanimidade, a devolução, outorgando no Reitor as necessárias competências nos termos do documento anexo à ata.

No ponto quatro da OT o Presidente recordou a data da próxima reunião ordinária do CG que será no dia 19 de setembro.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão e lavrada esta ata.

